



**DIREITO
CONSTITUCIONAL**

3º Simulado

**2ª Fase do XXXII
Exame da OAB**

DIREITO CONSTITUCIONAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundi-lo ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito, não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

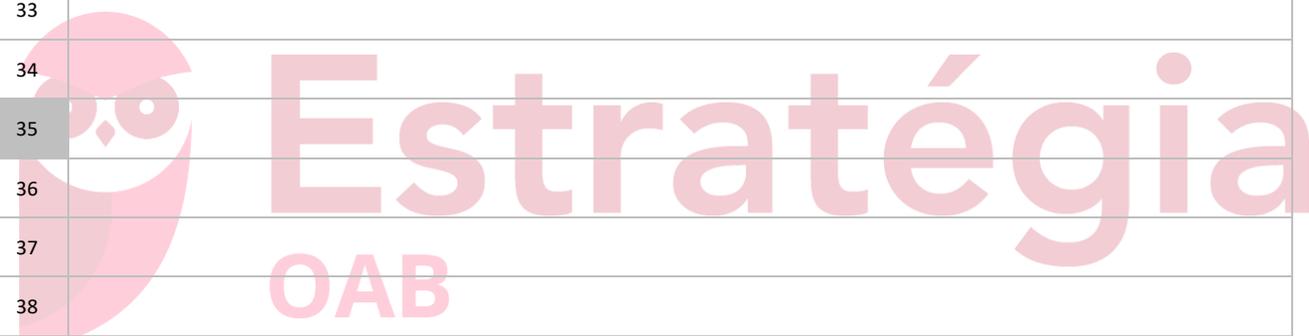
PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Diego Cerqueira

Em 2020, a Assembleia Legislativa do Estado ALFA aprovou a Lei nº 564 tratando sobre a educação básica, tendo o Governador (na qualidade de chefe do poder executivo) apenas sancionado a referida lei. Esta passou a indicar que todos os alunos com deficiência ou com alguns tipos de transtornos deveriam estudar obrigatoriamente por vídeos em suas residências. A Lei nº 564 também tratou de aspectos relativos ao provimento de cargos e estabilidade dos servidores públicos estaduais. O problema é que a nova legislação trouxe uma intensa discussão doutrinária a respeito das matérias tratadas. Nesse sentido, a Associação Nacional de Professores, salientando que a lei viola diretamente o texto da Constituição Federal de 1988 e, tendo em vista a aproximação do início do semestre letivo, procura os seus serviços como advogado visando buscar uma decisão judicial de inconstitucionalidade da referida lei, sendo certa a urgência na obtenção de um provimento judicial favorável. Considerando a hipótese acima narrada, formule a peça processual adequada. (Valor: 5,00)

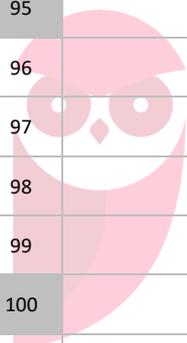
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	



51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	

82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	



Estratégia
OAB

113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	

144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 1

Aprovado apenas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assim como no âmbito da mesma Comissão em razão dessa matéria do Senado Federal, determinado projeto de lei, que versava sobre política externa brasileira, foi levado à apreciação do Presidente da República, que resolveu vetá-lo, ao argumento de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas.

- a) O argumento do Presidente encontra amparo constitucional?
- b) É possível que entidades de classe interessadas derrubem o veto do Presidente da República?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 2

O Estado do Acre, aprovou mediante Lei Estadual X o reajuste de cobrança do Imposto Y. João, entendendo que a mencionada lei viola diretamente a Constituição Federal, ajuíza uma medida judicial defendendo que a lei é inconstitucional. O Juiz de primeiro grau entendeu que a Lei Estadual respeitou os ditames estabelecidos pela Constituição Estadual e julgou improcedente o pedido inicial. Inconformado com a questão, João interpõe recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado, requerendo a revisão do julgado. Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) A Câmara Cível do TJ pode declarar a inconstitucionalidade da norma?
- b) Caso a hipótese fosse de revogação, é correto afirmar que seria necessário o encaminhamento dos autos ao órgão pleno ou especial da Corte?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 3

A Lei Estadual 123 entra em confronto com uma norma da respectiva Constituição Estadual, que trata de normas da educação básica. E ainda, ao mesmo tempo viola norma da Constituição Federal. Partido Político Sigma, que tem representantes no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), procura você na qualidade de advogado para examinar a constitucionalidade in abstracto desse diploma normativo e ajuizar a medida judicial cabível. De acordo com a narrativa acima, responda aos itens a seguir:

- a) É possível afirmar que a ação de controle abstrato pode ser proposta simultaneamente no TJ e STF? Responda justificadamente.
- b) Caso o STF declare a constitucionalidade da norma estadual, é correto afirmar que o julgamento pelo TJ estará prejudicado?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Estratégia

OAB

QUESTÃO 4

Rodolfo, servidor público do Estado Y, ingressou no serviço público em 1975, estando regido pela Lei nº 999, que trata do Estatuto dos Servidores do Estado. Com relação a situação funcional de Rodolfo, responda fundamentadamente os itens a seguir.

- a) O que ocorrerá caso o texto da Lei nº 999 se alinhe à nova CRFB/88 no aspecto material, mas não tenha sido editado conforme o novo processo legislativo da Constituição?
- b) É possível afirmar que Rodolfo tem direito adquirido a não ser atingido pela atual Constituição no que tange a sua situação funcional?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Assinatura OAB: até a aprovação

<http://bit.ly/Assinatura-OAB>



Estratégia
OAB